



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PARECER Nº , DE 2023

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei nº 605, de 2019, do Senador Humberto Costa e outros, que *dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo para o período de 2020 a 2023*.

Relator: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 605, de 2019, do Senador Humberto Costa e outros, que visa estabelecer uma política de valorização do salário mínimo para o período de 2020 e 2023.

Inspirada na Lei 12.382/2011, que serviu de base para a política de valorização do salário mínimo no governo Dilma Rousseff, a matéria em foco estabelece em seu art. 1º as diretrizes que vigorarão entre 2020 e 2023, a saber:

- a título de preservação do poder aquisitivo do salário mínimo, será promovida correção pelo INPC acumulado nos 12 meses até o último mês de novembro anterior ao reajuste;
- a título de aumento real, serão aplicados os percentuais de crescimento do PIB com uma defasagem de dois anos.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

O art. 2º estabelece que os aumentos do salário mínimo serão estabelecidos pelo Poder Executivo, por meio de decreto.

Por fim, o art. 3º traz a cláusula de vigência a partir da data de sua publicação.

A proposição vem da legislatura passada, porém continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno do Senado. No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, analisar os aspectos econômicos e financeiros da matéria.

Quanto aos requisitos de constitucionalidade, constatamos que não há vício de iniciativa no PL, nos termos do art. 61 da Carta Magna. A proposição também está adequada quanto à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa.

Quanto ao mérito, em linhas gerais, a proposição visa resgatar a sistemática de valorização do salário mínimo vigente no governo Lula, fruto de uma negociação com as Centrais Sindicais, ratificado no governo Dilma com a edição da Lei 12.382/2011, que vigeu até 2015, e da Lei 13.152/2015, até 2019.

O salário mínimo no Brasil, além dos efeitos sobre os assalariados, afeta ainda diretamente um percentual elevado dos beneficiários da previdência e da assistência social. Além disso, o salário mínimo funciona como referência para muitos trabalhadores dos segmentos informais, cuja referência para o preço de seus serviços se dá pelo valor do salário mínimo, naquilo que alguns estudiosos chamam de “efeito-farol”.

Além disso, há que se considerar o efeito do aumento do salário mínimo sobre a atividade econômica. A renda dos assalariados, sobretudo os da





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

base, é basicamente revertida em consumo, o que afeta direta e positivamente a atividade econômica, criando demanda e consequente aumento da produção, com reflexos no emprego.

Em síntese, o PL nº 605, de 2019, além de beneficiar diretamente o trabalhador assalariado, também o faz no caso de grande parte dos aposentados e pensionistas da previdência, bem como dos inscritos no Benefício de Prestação Continuada (BPC), com repercussões positivas para atividade econômica.

Embora concordemos com o teor da proposição, há a necessidade de se apresentar um Substitutivo para adequar pontos que ficaram defasados. Propomos no texto a seguir uma política de valorização permanente para o salário mínimo, sem fixar um determinado período.

III – VOTO

Pelo exposto, votamos pela **aprovação** do PLS nº 605, de 2019, na forma do seguinte substitutivo.

PROJETO DE LEI Nº 605, DE 2019 (Substitutivo)

Dispõe sobre regra permanente para o reajuste anual do salário mínimo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º São estabelecidas as diretrizes a serem aplicadas em 1º de janeiro de cada ano relativamente à política de valorização do salário-mínimo.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Art. 2º O salário mínimo será majorado em 1º de janeiro de cada ano, relativamente a percentuais que reflitam correção monetária e aumento real.

§ 1º Os reajustes para a preservação do poder aquisitivo do salário-mínimo corresponderão, no mínimo, à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acumulada nos 12 (doze) meses até o último mês de novembro anterior ao reajuste.

§ 2º Na hipótese de não divulgação do INPC referente a um ou mais meses compreendidos no período do cálculo até o último dia útil imediatamente anterior à vigência do reajuste, o Poder Executivo estimará os índices dos meses não disponíveis.

§ 3º Verificada a hipótese de que trata o § 2º, os índices estimados permanecerão válidos para os fins desta Lei, sem qualquer revisão, sendo os eventuais resíduos compensados no reajuste subsequente, sem retroatividade.

§ 4º A título de aumento real, será aplicado percentual equivalente a, no mínimo, a variação positiva do PIB per capita acontecida no ano retrasado (dois anos atrás) ao exercício a que se refere o caput.

§ 5º Para fins do disposto no § 4º, será utilizada a taxa de crescimento real do PIB para o ano de referência, divulgada pelo IBGE até o último dia útil do ano imediatamente anterior ao de aplicação do respectivo aumento real.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

§ 6º Para fins do disposto no § 4º, será assegurado percentual mínimo de 1%.

Art. 3º Os reajustes e os aumentos fixados na forma do art. 2º serão estabelecidos pelo Poder Executivo, por ato próprio, nos termos desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

